



1 **ATA Nº 01 – 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (ON LINE)**

2 **Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um,**
3 **aconteceu a primeira Reunião Extraordinária deste Conselho em que a**
4 **mesma se deu de forma on line pelo aplicativo Meet, tendo início às 9h10**
5 **(nove horas e dez minutos). Participaram desta Formação os seguintes**
6 **Conselheiros: 1. Alessandro Pires Staniscia (representante da Rede**
7 **Particular de Ensino), 2. Edimar Pereira Neves(representante da Rede**
8 **Municipal de Ensino na área da Educação de Jovens e Adultos - EJA), 3.**
9 **Irazilda Bisson Dalago (representante da Secretaria Municipal de**
10 **Educação e Ensino Integral), 4. Izabele de Oliveira Santos (representante**
11 **da Rede Municipal de Ensino na área do Ensino Fundamental Anos**
12 **Iniciais), 5. Josiana Ribeiro Vernizi (representante da Rede Municipal de**
13 **Ensino na área do Ensino Integral), 6. Luciane Godoy Bonafini**
14 **(representante da Rede Municipal de Ensino na área da Educação do**
15 **Campo), 7. Maria de Fátima Alves de Lima (representante da Rede**
16 **Municipal de Ensino na área da Educação do Campo), 8. Mariza Maciel de**
17 **Souza (representante dos Sindicato SISMMAP), 9. Marisa Pinheiro**
18 **(representante da Rede Municipal de Ensino na área do Ensino**
19 **Fundamental Anos Iniciais), 10. Paula da Silva Inácio Pereira**
20 **(representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil –**
21 **MIEIB), 11. Silvia Mendes do Carmo (representante da Rede Municipal de**
22 **Ensino na área do Ensino Integral), 12. Sueli Alves Rodrigues Geara**
23 **(representante da Rede Municipal de Ensino na área da Educação Infantil)**
24 **e 13. Vivian Régia Vale de Oliveira (representante da Secretaria Municipal**
25 **de Educação e Ensino Integral). Contamos também com a participação da**
26 **Assistente Social do Ministério Público - Queila Nogueira como ouvinte.**
27 **funcionamento ou renovar a autorização de uma instituição particular.**
28 **Foram apresentadas as Deliberações onde falam exclusivamente de**
29 **processos de autorização, renovação e cessação nas instituições. A**

Terminal Urbano “Daniel Bini” - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220 Fone (41) 3420-6061

E-mail: comed.paranagua@gmail.com
comed@paranagua.pr.gov.br



30 **Secretária Ana Cristina leu a Instrução Normativa nº 01/2021 SEMEDI a**
31 **qual dispõe sobre as Normas Excepcionais do Calendário Escolar do Ano**
32 **Letivo de 2021 para os Profissionais de Educação da Rede Municipal de**
33 **Ensino do Município de Paranaguá. Após a leitura, a Conselheira Paula**
34 **fez a explanação sobre a importância de se fazer algumas alterações e**
35 **contribuições deste Conselho ao documento em questão. Em relação ao**
36 **Mundo Mundi, não há mais autorização e financiamento para continuar**
37 **com esta programação diária, quanto aos cadernos, eles passam a ser**
38 **mensal, os técnicos vão organizar para também dar suporte, uma fonte de**
39 **pesquisa aos professores. Os artigos 3º, 4º e 5º, vão descrever estes**
40 **cadernos que são possibilidades de atividades não presenciais que**
41 **nossos professores que já têm acesso dizendo qual o link de acesso que**
42 **pode ser organizado. A Conselheira Josiana relatou que na escola em que**
43 **ela trabalha, surgiu uma dúvida entre os professores. Se é para utilizar o**
44 **Referencial Curricular do Estado ou do Município para fazer o**
45 **planejamento. A Conselheira Paula, respondeu que até cabe ao Conselho**
46 **este posicionamento. Em 2018, assinamos um Termo - Secretaria e**
47 **Conselho que estaríamos utilizando o Referencial do Estado do Paraná,**
48 **um documento amplamente discutido, amplamente construído e que seu**
49 **olhar para a Educação Infantil e acredita que as demais Conselheiras da**
50 **Educação Infantil concordarão com ela no sentido de que foi um**
51 **documento que veio a favorecer porque a base traz de modo geral**
52 **Nacional e o Estado do Paraná foi conseguido alinhar de acordo com**
53 **suas especificidades. Não temos um documento fechado, não é pra**
54 **desconstruir o nosso. A Educação Infantil já está no Referencial, o**
55 **Fundamental está na Base com algumas questões do Referencial, então**
56 **nós precisamos a partir do Referencial incluir as características de**
57 **Paranaguá. No final do ano passado, a Conselheira Paula e a Secretária**
58 **deste Conselho participaram de um Encontro com a UNCME_PR e é**

59 necessário que este Currículo seja homologado, seja efetivado por nós do
60 Conselho Municipal de Educação. O que a Secretaria vem fazendo neste
61 início de fevereiro? Vai reestruturar o Fundamental a partir da Base, a EJA
62 fez todo um trabalho de construção porque não está neste Referencial, a
63 Educação Especial no ano passado fez um trabalho fantástico. Aos
64 Pedagogos foi dito que será um processo gradativo porque o Conselho
65 terá que participar da homologação e como a Educação Infantil já está
66 baseada no Referencial, vamos ter que adaptar o Fundamental para o
67 Referencial. Foi um compromisso que assinamos. O Currículo
68 Emergencial está na Base e a partir de agora os profissionais não vão
69 estar usando o Fundamental do Currículo porque vão ter partir do
70 Emergencial que ficou pra traz. Temos que ter esta clareza que um
71 documento não substitui o outro,mas terão que ser complementares. Isto
72 vai fazer parte das nossas formações e contato direto com os pedagogos.
73 A Conselheira Josiana perguntou se o profissional quiser usar só do
74 estado, se ele poderá usar. No que a Conselheira Paula respondeu que
75 sim, até porque foi disponibilizado o Sistema Plataforma e temos o
76 Currículo do Município e aí teve professor que usava o código do
77 município, o código do Referencial, inventava código. E foi isto que a
78 Secretaria deixou claro, se vai ser o Sistema a ser usado, ele não vai
79 encontra lá. Quando os supervisores lançarem vão ver que foi inventado.
80 O município de Paranaguá tem questões que não estão no Currículo e é
81 isto que temos que inserir e organizar um documento único. A Educação
82 Especial no ano passado, construiu um Currículo próprio. Precisamos
83 sistematizar isto num grande documento em que o Conselho precisa
84 participar, é mais uma demanda para este ano que teremos. A
85 Conselheira Josiana comentou que no documento da instrução menciona
86 sobre o profissional com atestado que vai ficar fazendo trabalho home-
87 office e que acredita que isto deva ficar muito claro porque o gestor não

88 deu turma para estes professores. A Conselheira Paula nos repassou que
89 esta é uma questão administrativa e que a Secretaria já está fazendo uma
90 Instrução Administrativa de forma pontual. O Art. 3º vem garantir a
91 entrega das atividades de forma física àqueles que não têm acesso ao
92 formato digital. O dia da entrega é dia letivo, o profissional deve sim
93 programar suas aulas. A partir do dia três já tem que ter esta validação da
94 atividade para que tenha reposição de carga horária. A Plataforma dá
95 acervo construtivo de pesquisa ao professor dizendo como é feito, como
96 é construído. O Artigo 6º fala sobre a validação que se dará pelo
97 professor e destaca professor, educador e monitor porque no ano
98 passado foram feitas duas Instruções, primeiro para o Ensino
99 Fundamental e depois para a Educação Infantil e neste ano, colou-se as
100 três categorias de profissionais. Através da devolutiva dos estudantes,
101 possivelmente lançado neste sistema de controle e encaminhado à
102 Secretaria. Socializando aos Conselheiros, o Município de Paranaguá teve
103 uma Legislação que trata da necessidade de implantar um Boletim
104 Escolar Eletrônico para a Rede Municipal e temos um tempo para nos
105 adequarmos a esta questão. A Secretaria vinha sentindo esta
106 necessidade de se manter um contato on-line porque a tecnologia tende
107 a ser na pandemia e pós pandemia ser nossa necessidade. No dia de
108 ontem, a Secretaria teve uma conversa com o Núcleo Regional de
109 Educação e há a disponibilização de um livro de registro on-line que está
110 sendo estudado e a SEMEDI aguarda a devolutiva do Núcleo. Se não for
111 conseguido implantar em Paranaguá, a tendência é acontecer sim,
112 inclusive para se adequar a esta Legislação, caso não seja possível, a
113 Secretaria manterá o Sistema que foi organizado da Educação junto a T.I.
114 da Prefeitura. Nesta questão, coloca-se que parte de uma decisão
115 administrativa mas que seja no sistema ou no livro de registro do Estado
116 do Paraná, faremos o registro on-line a partir de dois mil e vinte e um.

117 Quanto aos familiares que necessitam e utilizam dos meios eletrônicos
118 para encaminhar as devolutivas, será feito. Para a computação da carga
119 horária, o trabalho proposto seja em caderno, seja em fotografias, vídeos,
120 relatos de estudos de pais, relatórios, dentre outros. Ao término da
121 suspensão das aulas não presenciais, a SEMEDI encaminhará ao
122 Conselho o computo dos registros das atividades pedagógicas não
123 presenciais. O Artigo 7º trata que os profissionais vão desenvolver o
124 relatório on-line diário para um sistema de controle, o que tende a facilitar
125 o acompanhamento dos gestores, pedagogos e até mesmo para fazer a
126 busca ativa será imediato. O Artigo 9º vem dizer que a Educação de
127 Jovens e Adultos seguirá as recomendações do Ensino Fundamental . A
128 Educação Especial perpassa todas as etapas, vão ser consideradas não
129 presenciais também e todas as suas especificidades. Um ponto
130 importante a se dizer é que notou-se que a interação diária na Educação
131 Especial e na Educação Infantil teve acesso bem complicado, bastante
132 dificuldades, as devolutivas foram complicadas e a as crianças de 0 a 3
133 (zero a três) anos da Educação Infantil também apresentaram dificuldades
134 para com a devolutiva das atividades. Então, coloca-se que as atividades
135 não presenciais de 0 a 3 (zero a três) anos serão registradas ao menos
136 três atividades semanais mantendo-se o vínculo com os familiares
137 diariamente com sugestões recreativas e atenção aos familiares. Sugere-
138 se aprimorar o texto com contribuições do COMED. A Conselheira Mariza
139 Maciel perguntou quanto as atividades para o Pré. Sugere-se que para
140 eles se tenha ao menos uma atividade diária porque passa a ser
141 obrigatório, que se faça uma proposição de interação, mas que sejam
142 todos os dias por se tratar de uma etapa obrigatória. A Conselheira Sueli
143 Rodrigues Geara se posicionou dizendo que quanto a questão das três
144 atividades diárias, acredita que não ficou claro aos pedagogos porque
145 tem alguns educadores perguntando se eles têm que postar de segunda a

146 sexta-feira cinco atividades, porém a proposição é de três dias de
147 atividades e dois dias de socialização com proposição de leitura, de
148 contação de história e isto não está claro para os educadores. Cabe à
149 Secretaria de Educação fazer esta organização de como fazer, pois a
150 comunicação é complicada, por isso a colocação de que este documento
151 tem que estar claro e acredita que poderia ficar um pouco melhor, é um
152 momento também para defender a não escolarização que tanto falamos.
153 Vivemos um momento remoto e o tempo todo é colocado a questão da
154 defesa da responsabilidade, da flexibilidade. Este ano, a Secretaria fez
155 toda uma organização diferenciada para a questão da supervisão. O
156 Conselho Pleno concordou que a Educação Infantil e a Educação
157 Especial tenham ao mínimo três atividades semanais e nos outros dias
158 terem o contato com a família, de fazerem esta proposição e o Pré Escolar
159 ter ao menos um dia de interação com a família. Ressaltando que isto vai
160 fazer parte na Instrução Administrativa dizer ao professor que este é um
161 caminho possível. A Conselheira Sueli perguntou sobre hora atividades
162 mesmo em aulas remotas, pois esta é uma dúvida de alguns educadores,
163 na verdade, não é que eles queiram ficar como na escola que está na Lei
164 oito hora, depois mais quatro horas e sim um horário para planejamento
165 porque alguns questionam em ter que postar cinco atividades o que não é
166 isto e que horas irão planeja, sábado e domingo, à noite. A Conselheira
167 Paula disse que quanto a questão do trabalho da hora-atividade é uma
168 questão da organização da gestão escolar, do pedagogo. Em nenhum
169 momento foi dito que não era ou era exigido ser feito. Muita
170 responsabilidade, mas flexibilidade. Vai fazer parte da Instrução
171 Administrativa, é um quadro da instituição, um quadro que é possível
172 fazer a hora-atividade, colocar uma carga. O Artigo 12 fala sobre o
173 Integral, em algumas instituições funcionou tranquilamente e em outras
174 não. Por isso, a importância de colocar o Integral dentro da Instrução,

175 cada uma dentro dos seus formatos e possibilidades estarão se
176 organizando e a Secretaria pensando em estratégias para dar um suporte
177 a este momento remoto. O Artigo 13 diz que a Secretaria de Educação
178 com suas competências, depois da equipe pedagógica que vai organizar,
179 divulgar, orientar, contribuir e o professor também, está no Artigo 15 a
180 necessidade da busca ativa. A Conselheira Silvia sugeriu que nas
181 competências da equipe gestora seja colocado de forma clara sobre a
182 questão da hora-atividade para que tais dúvidas não venham mais a
183 ocorrer. A Conselheira Vivian enquanto Secretaria apresentou a eles uma
184 Plataforma da UNDIME Nacional para adesão e esta possibilidade está
185 sendo estudada de forma on-line. A Conselheira Vivian pediu o uso da
186 palavra, pois pontuou alguns itens que acredita serem importantes
187 discutirmos e gostaria de ouvir a Conselheira Silvia que é representante
188 do Integral e é gestora, Josiana e Marisa. Algumas questões a preocupam
189 uma vez que vivencia isto na família e pensando nisto, da forma como
190 está na Instrução que o integral vai seguir aquele mesmo padrão de
191 oficina, são várias oficinas ou pelo menos o mínimo de cinco oficinas
192 para estes alunos. Isto não acarretaria mais os pais para o
193 acompanhamento destas crianças se forem atividades apenas enviadas?
194 Pensa na questão do reforço escolar para aqueles alunos que não tiveram
195 um bom rendimento, que não conseguiram ter um bom acompanhamento.
196 Não haveria a possibilidade destes professores do Integral fazerem um
197 acompanhamento um pouco mais de perto com estas crianças, em
198 número reduzido de crianças no lugar de se fazer mais atividades de
199 oficina sendo que o caráter do integral não estará sendo cumprido neste
200 momento? E não viu em nenhum momento, se foi discutido com os
201 professores, se foi pensado com a equipe, a questão da exigência de pelo
202 menos algum encontro virtual com o professor. Já passou um ano,
203 sentimos a dificuldade, muitos professores correram atrás, tem muitos

204 recursos a nossa disposição e pensa que não temos ainda uma
205 Plataforma para se trabalhar com os alunos, mas a possibilidade de pelo
206 menos uma vez por semana. Tem relato de uma professora que se
207 encontrava com sua turma três vezes por semana de modo virtual, pois
208 este contato virtual, ainda que não seja cem por cento, deveria estar no
209 mínimo em nosso planejamento e na formação dos professores. Assim
210 como na Educação Infantil há a exigência de pelo menos três atividades
211 semanais, pensa que tínhamos que ter encontro virtual com os
212 professores, o professor com os alunos, precisamos pensar nisso.
213 Também a preocupa a questão da avaliação daquilo que está vindo, tem
214 que ter o contato com o aluno, principalmente na fase da alfabetização
215 conversar, verificar a questão da consciência fonológica, se o aluno está
216 tendo ou não, a questão da leitura. Estes professores do Integral
217 poderiam ser uma força pra tentar acompanhar um pouco mais de perto
218 os alunos daquela escola que tem um pouco mais de dificuldade, ficaria a
219 critério da escola. Acredita que devemos repensar estas questões
220 principalmente no acompanhamento dos alunos que não tiveram
221 participação nenhuma nas atividades ou o mínimo de participação nas
222 atividades remotas do ano passado e sabemos que temos. Seria um
223 trabalho de força tarefa para resgatarmos este aluno porque temos a
224 expectativa do retorno presencial só depois da vacina, sabemos que a
225 discussão permanece essa e passaremos mais um ano com este aluno
226 que não teve acompanhamento? A Conselheira Paula pediu a palavra
227 antes das colegas se posicionarem dizendo que referente a questão do
228 Integral, a Secretaria está com um grupo de profissionais para pensar no
229 integral. Esta proposta vai ser diretamente com os profissionais e vai ser
230 respeitando a realidade de cada escola, mas a proposta de fazer este
231 integral é diferenciada, é em formato de oficinas, mas que não sejam uma
232 sobrecarga para ninguém. O Integral passa a ser uma necessidade, é

233 voltada à interdisciplinaridade e fazer com que estas crianças vinculem
234 aquilo que estão aprendendo no regular de uma forma lúdica e estes
235 professores participarão de formação com a equipe que já vem
236 desenhando este projeto. O que já foi apresentado e é bem interessante,
237 referente a questão do reforço, a criança vai fazer parte do Projeto
238 Acolher e este projeto será trazido ao Conselho Municipal para que ele
239 aprove para fazer o chamamento destas crianças que não tiveram apoio,
240 não tiveram acompanhamento efetivo em dois mil e vinte e o suporte será
241 gradativo, com toda segurança aos profissionais, mas neste momento
242 não vai fazer parte da Instrução porque vai fazer parte do Projeto Acolher.
243 A questão da retomada, do acolhimento inclusive da avaliação,
244 informalmente foi comentado com os gestores e também com os
245 pedagogos que ela tem que ser pensada, tem que ser construída. Este
246 professor, além de estar as quatro horas no Whatsapp, ele tem que criar
247 plataformas e lá no item 5 do artigo 16 foi colocado “acompanhar e
248 participar diariamente nos grupos on-line da turma sob sua
249 responsabilidade, organizando uma rotina contemplando quatro horas do
250 período, viabilizar aos estudantes espaços virtuais com suporte diário de
251 acordo com cada grupo escolar. Aguardando o posicionamento do
252 Núcleo, o classroom será também disponibilizado aos professores.
253 Acredita estar claro na instrução, mas se dispõe a melhorar a redação se
254 assim os colegas desejarem. A Conselheira Viviam acredita que está na
255 hora de disponibilizar os professores a saberem utilizar as ferramentas
256 que utilizem uma reunião em sala de aula virtual e não só um grupo de
257 whatsapp. Pensar num trabalho de formação ou de suporte para estes
258 profissionais que ainda não interagem com a tecnologia para que
259 nenhuma criança fique fora. Falou também sobre a Busca Ativa da
260 UNIDIME e da UNESCO, é uma ferramenta tecnológica que eles usam e
261 disponibilizam para os municípios. Karoline do Departamento de

262 Estrutura poderá nos repassar maiores informações sobre estas
263 ferramentas. A Conselheira Silvia, relatou sobre o que pensou para sua
264 escola referente a organização do Integral. Trabalhar de forma mais suave
265 já mantendo o vínculo apresentando também para aqueles que não são
266 integrais qual é a forma e objetivo do integral. Manter o vínculo, ter o
267 cuidado de estar acompanhando. As mesmas professoras que trabalham
268 no período regular, são as mesmas que trabalham no período integral
269 (realidade diferente). As nove regentes do primeiro ao quinto ano. Das
270 sete e meia às onze e meia atendem no grupo de whatsapp, tem a entrega
271 impressa, atendem o grupo. O problema encontrado é que a mãe do aluno
272 está trabalhando pela manhã e só tem um aparelho celular e não
273 consegue até às onze e meia ajudar, mostrar atividade mas, ela tem outro
274 período que ela consegue. Então, montaram das sete e meia às onze e
275 meia atendem o Regular, às treze e trinta as professoras do integral
276 abrem outra vez o grupo de whatsapp para oportunizar aquelas crianças
277 que não terminaram as atividades pela manhã, é a oportunidade de
278 terminar, de sanar as dúvidas, como se fosse uma assistência para a
279 turma da manhã. Tomando o cuidado de na mandar muitas figuras, mais
280 para tirar as dúvidas surgidas, “João não fez a atividade de multiplicação
281 porque não entendeu, a professora chama no privado e o atende”, fica
282 aberto para que os outros vão conhecendo como funciona. Uma vez por
283 semana, aplicarão uma oficina. A professora de Oficina de Literatura dará
284 uma atividade de Literatura e depois o reforço escolar (das treze e trinta
285 às dezesseis e trinta porque das dezesseis e trinta até às dezessete e
286 trinta é sua hora atividade). A Secretaria já repassou que o Integral
287 iniciará em março, porém suas professoras iniciarão na próxima segunda-
288 feira fazendo o mês de fevereiro com teste para ver o que dá certo, o que
289 não dá. É a oportunidade de outros conhecerem como é feito este
290 trabalho e assim garantem que as crianças retornem. No ano passado, a

291 equipe instruiu as professoras que pouco sabiam de tecnologia, algumas
292 no privado e outras iam até a escola para aprender. Foram feitas algumas
293 pontuações na Instrução. Outro assunto também é sobre o Calendário
294 que os Prefeitos do Litoral assinaram de segunda-feira não ser recesso
295 de Carnaval e neste sentido, a Secretaria entende que o nosso já está
296 previsto em Calendário Escolar não tem alteração nenhuma, mas cabe
297 reafirmar também que se mantenha esta garantia da não participação on-
298 line neste dia de recesso. A votação foi aberta e o Conselho Pleno foi
299 unânime em sua votar a favor para que se mantenha o calendário Escolar
300 respeitando o recesso desta data. Como a demanda é grande, na próxima
301 quarta-feira teremos Formação com a assistente Social Queila e na sexta-
302 feira reunião para aprovação dos Pareceres do calendário da Rede
303 Privada. O terceiro item da pauta foi sobre o retorno às aulas que o
304 Estado autorizou e nossa responsabilidade enquanto Sistema é com a
305 Educação Infantil também da Rede Particular. O posicionamento não
306 parte somente do Conselho, mas também da Gestão Municipal. É
307 importante um posicionamento de como será feito este retorno na rede
308 particular. O Conselheiro Alessandro Staniscia fez uso da palavra fazendo
309 uma retrospectiva do que estamos vivendo e do preço que escolas sérias
310 estão pagando por tratar com a verdade e respeito à Lei e tudo começou
311 com o Decreto nº 6637 que foi publicado no dia vinte de janeiro pelo
312 Governo do Estado do Paraná que autorizou e não obrigou o ensino
313 presencial nas escolas públicas, particulares e conveniadas no Estado do
314 Paraná. Ele autoriza e não obriga, isso publicado no Diário do Estado no
315 dia vinte de janeiro e criou uma grande ansiedade e expectativa nos pais,
316 tanto nas escolas públicas quanto particulares e nesse Decretos que foi
317 publicado em janeiro, ele oferece como fundamento de saúde Pública, a
318 Resolução da Secretaria do estado de Saúde que foi publicada no dia
319 cinco de maio de dois mil e vinte a Resolução 632. Portanto, avaliando o

320 Decreto e avaliando com o que tínhamos no dia vinte de janeiro, a nossa
321 instituição entendeu que não havia segurança para trazermos as crianças
322 ao Colégio, primeiro porque esta Resolução que amparou este Decreto
323 que autorizou e não obrigou o retorno das atividades presenciais é um
324 Decreto que trata de forma genérica uma situação em que o quadro da
325 pandemia era de um ano atrás, era de maio de dois mil e vinte e trata da
326 disciplina de espaços públicos. Em nenhum momento essa Resolução
327 632 que fundamentou o Decreto que autorizou trata de ambiente escolar.
328 Em seu Artigo 6º “As pessoas devem permanecer em suas casas sempre
329 que possível (contrário do sentido das aulas presenciais). O mesmo
330 Decreto no Artigo 14 “Devem ser priorizadas as reuniões por
331 teleconferência (ou seja, contrário ao espírito de autorizar as aulas
332 presenciais. No seu artigo 15 “O tele trabalho deve ser adotado sempre
333 que possível para as funções que forem compatíveis (que hoje os
334 Conselhos e algumas escolas adotam). Então tivemos um Decreto do
335 Governo do Estado que simplesmente autorizou com base numa
336 resolução da Secretaria Estadual de Saúde que na sua essência
337 recomenda que todos ficassem em casa e no dia vinte e nove de janeiro,
338 o Governo do Estado publicou uma resolução que é da Secretaria de
339 Educação de Esporte que até então não havia se manifestado quando
340 todas as escolas particulares aguardavam uma Deliberação, essa
341 resolução da Secretaria do Estado nada disse, apenas repete o Decreto
342 que estabelece às instituições de ensino de educação básica que
343 integram o Sistema Estadual de Ensino a responsabilidade e autonomia
344 para a forma e oferta de aulas. Todas as formas e ofertas das aulas
345 deverão atender na íntegra a Secretaria de Saúde do Estado. Houve um
346 conflito muito grande neste entendimento e somente ontem, dia quatro de
347 fevereiro é que a Secretaria do Estado da Saúde regulamentou o Decreto
348 Estadual 6637 de vinte de janeiro de dois mil e vinte e um e dispõe sobre

349 as medidas de prevenção e monitoramento e controle de Covid-19. A
350 pergunta que o nobre Conselheiro faz às Conselheiras é com que
351 autoridade e com que amparo legal algumas escolas anunciaram o ensino
352 híbrido, anunciaram ensino presencial se somente ontem o Governo do
353 Estado fez tal publicação e estão anunciando há mais de um mês numa
354 absoluta aventura de oferecer o ensino híbrido com base num Decreto
355 que somente autorizou e no dia quatro de fevereiro tivemos as regras
356 claras, específicas e definidas para aquelas escolas exercerem
357 autonomia, mas com responsabilidade no mês de fevereiro, nós
358 manteremos de forma integral as aulas on-line mesmo que isso
359 represente um prejuízo em relação aos pais, mas todos os pais que temos
360 conversado têm compreendido. Então, se a regulamentação somente foi
361 publicada ontem, como que os colégios vão se preparar pra uma aula
362 presencial na segunda-feira o no dia dezoito? Vão poder ler,
363 compreender as obrigações da resolução que foi publicada, como que
364 cada colégio vai ter tempo prévio pra se preparar para um retorno
365 presencial? Este é meu sentimento, hoje, uma resolução publicada
366 ontem, pelo menos algum tempo os colégios necessitam ter para o
367 retorno das aulas presenciais. É uma reflexão a qual o Conselheiro coloca
368 para discutir. A Conselheira Josiana tomou uso da palavra e lembrou a
369 todos que algumas escolas da rede privada (poucas) não conseguem
370 acompanhar o que lhes são solicitadas em vistorias, ficará difícil para
371 estas mesmas acatarem o pede o Protocolo de Biossegurança. Não
372 concorda em colocar os alunos e profissionais em risco. A Conselheira
373 Viviam tem uma dúvida se isso realmente é atribuição do Conselho,
374 Deliberar sobre sim ou não ao retorno. Já havia conversado com Paula e
375 estudou alguns municípios em que eles criaram Comitês Municipais e aí
376 nestes Comitês ficaram as incumbências de tomar decisões com base
377 nas legislações maiores, mas pensa que esta não é uma atribuição do

378 Conselho dizer sim ou não, podemos até ser consultados, mas deliberar
379 sobre este assunto é algo muito complexo. Se o Conselho delibera pela
380 autorização quem é que vai fazer a fiscalização nestas questões se os
381 protocolos estão sendo cumpridos ou não? É o Conselho Municipal?
382 Pensa que podemos ser consultados e que até de certa forma sente-se
383 desconfortável em se posicionar uma vez que a mesma está na rede
384 municipal de ensino e esta rede vai optar pelo não presencial e estaria
385 sendo incoerente dizendo não, o município fica remoto, mas o particular
386 pode voltar. Pensa que isto não cabe ao Conselho Municipal de
387 Educação. Se existe uma liberação da rede estadual, da Secretaria
388 Estadual de Saúde indicando quais são os protocolos, se existe um
389 Comitê municipal que delibere sobre estas situações, isto seria
390 importante, quanto a questão da legislação, da resolução que foi
391 aprovada no dia quatro, sabemos que estamos vindo com um estudo de
392 protocolos de retomada desde outubro do ano passado e a própria rede
393 municipal de ensino tem tentado elaborar alguns materiais pra se
394 preparar para esta retomada e esperamos ansiosamente pra que possa
395 ser efetivada com toda segurança o quanto antes mas, precisamos estar
396 preparados para isto. Prefere como Conselheira não se posicionar nesta
397 questão sem a segurança de que estes protocolos estarão sendo
398 acompanhados por pessoas que realmente tenham a responsabilidade
399 pra tal questão. A Conselheira Paula também partilha deste mesmo
400 posicionamento, isto não parte de uma decisão nossa e sim de uma
401 gestão municipal e que podemos nos posicionar enquanto consultivo,
402 inclusive terão nesta tarde uma reunião com o Promotor Dr. Diogo sobre
403 este assunto. Poderíamos aguardar esta reunião com o Promotor para ver
404 quais serão os encaminhamentos. Para Viviam, esta autorização tem que
405 partir da secretaria de saúde, do Comitê. O município não tem um Comitê,
406 existe um que é Estadual. Temos que discutir os protocolos da resolução

407 como também os que estão sendo construídos na rede municipal de
408 ensino e depois a representação da Saúde, do Ministério Público. Só
409 poderíamos nos posicionar depois de termos conhecimento do que será
410 exigido para as escolas e a quem ficará a atribuição de verificar se estes
411 protocolos estão sendo cumpridos ou não. A Assistente Social Queila fez
412 uso da palavra dizendo que sobre a fala de Viviam não compete
413 efetivamente ao Conselho Municipal de Educação de Educação a palavra
414 final sobre o retorno das aulas, entretanto, o Conselho não pode deixar de
415 se posicionar, de emitir um Parecer favorável ou não e não de forma
416 individual, isto precisa ser debatido com a saúde, debatido com outros
417 Órgãos, também não dá pra dizer que não é posicionamento do Conselho,
418 mas junto com outro, isto implica em muitas coisas. Viviam falou sobre
419 seu posicionamento porque sabe desta construção do Comitê e que o
420 Conselho também faz parte dele e que isto realmente é para ser uma
421 construção conjunta e seu posicionamento nesta construção. Alessandro
422 avaliou que todos os presentes estão falando a mesma coisa com termos
423 diferentes e que o Conselho tem a manifestação opinativa, eventualmente
424 pode encaminhar a deliberação de um parecer que vai sugerir á Secretaria
425 Municipal de educação e Ensino Integral que vai fazer outra normativa
426 que vai atender ou não este parecer. É um caráter de opinião, talvez a
427 gente não feche questão neste momento porque é um assunto realmente
428 muito complexo e além de tudo, dentro do município na esfera de atuação
429 do Conselho Municipal de Educação, nós temos que verificar na
430 Secretaria Municipal de Saúde quais são os protocolos e quais são as
431 providências porque o alcance desse decreto, destas resoluções do
432 Governo Estado, no campo da Educação Infantil, terão que observar as
433 regulamentações específicas do município com relação a estes
434 protocolos para a Educação Infantil. Mas o que aflige a todos, o Governo
435 do estado não submeteu esta situação, assumiu a autorização do retorno,



436 acha muito importante que o Conselho delibere, escute e que possamos
437 consultar escolas. Algumas escolas retornarão no dia oito e outras no dia
438 dezoito. É uma discussão importante. Para a próxima semana, teremos a
439 formação com Queila. Nada mais havendo a registrar, eu, Ana Cristina de
440 Campos Martins, lavro a presente ata a qual vai assinada por mim, pela
441 Presidente e Vice-Presidente, pois devido aos riscos de contaminação por
442 causa do Corona Vírus, o Conselho Pleno, em comum acordo decidiu que
443 seja desta forma. _____.
444